

AÇÃO E OMISSÃO DO ESTADO BRASILEIRO NO PROCESSO DE ESBULHO DAS TERRAS DO POVO KAJKWAKHRATXI (TAPAYUNA)¹

Marcos de Miranda Ramires² (UFGD-MS)

Levi Marques Pereira³ (UFGD-MS)

O presente texto tem por objetivo apresentar resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em história indígena em andamento, desenvolvida pelo primeiro autor, que pretende demonstrar a tese de que o Estado, em seus âmbitos estadual e federal, foi o responsável último pela quase dizimação do povo Tapayuna, autodenominado de Kajkwakhratxi. O argumento é que os Kajkwakhratxi sofreram o esbulho de suas terras, tendo o Estado - de forma passiva, devido a sua inércia, ou de forma ativa, por meio de atos deliberadamente contrários aos direitos dos indígenas -, atuado como promotor desse esbulho. Em meio à ataques, envenenamentos, tentativas de atração e remoções forçadas, os Kajkwakhratxi mobilizaram suas referências e percepções cosmológicas para desenvolverem estratégias de sobrevivência que lhes permitiram chegar até os dias de hoje, quando seguem reivindicando o direito de existir em seus territórios.

Palavras-chave: Remoções forçadas; Povos indígenas; Tapayuna.

BREVE CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E ETNOGRÁFICA

Do ponto de vista estritamente linguístico, os Tapayuna⁴ são classificados como falantes de uma língua pertencente à família Jê, do tronco linguístico Macro-Jê. Muito próximas entre si são as línguas *kĩsêdjê*, falada pelo povo Kĩsêdjê, também conhecido como Suyá, e *kajkwakhratxi* (CAMARGO, 2015, p. 60-61). Esta semelhança já era

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) na linha de pesquisa História Indígena e do Indigenismo. É bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) na linha de pesquisa História Indígena e do Indigenismo.

⁴ O etnônimo “Tapayuna” é exterior ao povo que aqui nos ocupamos e que se coletiviza com Kajkwakhratxi, termo que pode ser traduzido como “os do começo do céu”, do leste, do nascente” (LIMA, 2019, p. 14). No presente texto, usaremos tanto Tapayuna como Kajkwakhratxi para nos referirmos a eles, pois adotamos o primeiro termo para tratar com os não-*kajkwakhratxi* (outros índios e os *khuwêkátxi* [não índios]). Sobre a escrita do etnônimo, adotamos a convenção da Associação Brasileira de Antropologia, de 1953, na qual consta que a grafia dos nomes de povos indígenas, usados como substantivos ou adjetivos, não devem ter flexão de gênero ou de número (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 1976). Para as palavras em língua nativa, utilizamos a grafia usada por Lima (2012; 2019). Convém dizer que na bibliografia e nas fontes consultadas também encontra-se “Beijos de pau” e “Suyá Ocidentais” na referência aos Kajkwakhratxi, além de variações de “Tapayuna”, como “Tapanhumas”, “Tapaiumas”, “Tapaiunas”, etc e outros termos menos comuns, como “Ivetin”, por exemplo.

percebida pelo Pe. João Evangelista Dornstauder (1956a, p. 1), missionário da Missão Anchieta (MIA)⁵, responsável pelas primeiras tentativas de contato com os Tapayuna, ainda na década de 1950. Importante destacar que ambos os povos reconhecem um passado em comum, quando teriam habitado a região dos formadores do Tapajós, até fins do século XVIII e início do século XIX. O grupo do qual os Kĩsêdjê descendem, após a separação provocada por divergências na condução da guerra contra os Panará, teria se deslocado para o leste, pelo rio Arraia, chegando ao Xingu, enquanto os Tapayuna rumaram para o sul, em direção ao Arinos (LIMA, 2019, p. 171, *passim*).

Sobre a organização social, como acontece com outros povos de língua Jê, sistemas de metades se fazem presentes entre os Tapayuna, com destaque para as metades onomásticas Khrên (periquito), relacionado à seca, e Awàt (piranha), associado à chuva, nas quais as crianças são inseridas após o nascimento por meio da nomeação. Os indivíduos recebem seus nomes do grupo dos irmãos da mãe, se menino, ou por uma pessoa do grupo das irmãs do pai, se menina. Esses grupos se opõem cerimonialmente e, por isso, os pais devem observar a alternância de seus filhos e filhas na inserção dos mesmos (LIMA, 2019, p. 158; 255-256). O sistema de parentesco é semelhante ao *kĩsêdjê*, e pode ser classificado como oblíquo, de tipo “omaha”, (COELHO DE SOUZA, 2017, p. 206), por agrupar sob os mesmos termos parentes colaterais de diferentes gerações. A regra de residência é uxorilocal (CAMARGO & TRINDADE, 2017), ou seja, o noivo deve residir junto à esposa após o matrimônio.

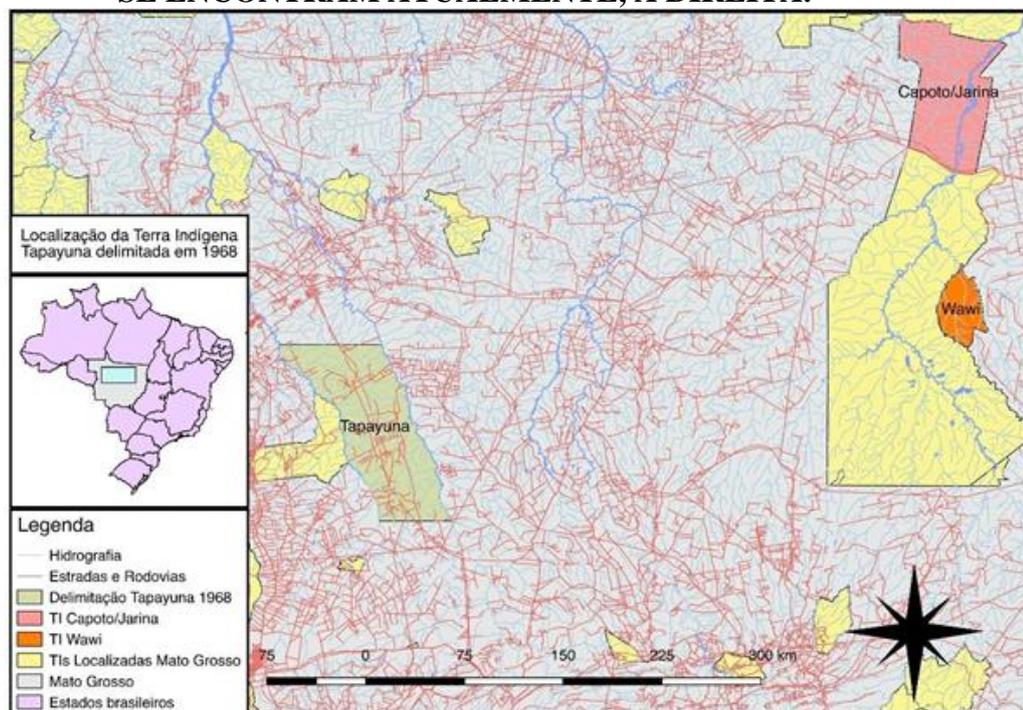
Somam, hoje em dia, cerca de 250 pessoas, aproximadamente, distribuídas majoritariamente nas aldeias Kawêrêtxikô, localizada na Terra Indígena (TI) Capoto/Jarina, do povo Mebêngôkre⁶, e Ngôtxire e Thyrykkô, situadas na TI Wawi, do Povo Kisêdjê. Todas as três ficam na bacia do rio Xingu, em Mato Grosso, e se identificam como aldeias tapayuna, não obstante o fato de indivíduos de outras etnias nelas residirem, normalmente devido a casamentos interétnicos. Indivíduos e famílias

⁵ A Prelazia de Diamantino foi criada em março de 1929, sob jurisdição do Arcebispado de Cuiabá. Os cargos de Administrador Apostólico da Prelazia e de Superior da Missão Jesuítica eram ocupados pela mesma pessoa, fato que só se alterou em 1955. Em 1956, com a intenção de facilitar a administração, a Prelazia criou a Missão Anchieta (MIA), uma sociedade civil que deu nome à Companhia de Jesus em sua área de atuação. (ARRUDA, 2019, 67-70).

⁶ Também conhecidos como Kayapó, termo de origem tupi que significaria algo como “parecidos com macaco” (LEA, 2012, p. 60). O termo Mebêngôkre é usado para classificar grupos muito próximos entre si linguística e culturalmente, mas que, todavia, guardam diferenças reconhecidas reciprocamente. Embora o grupo que abrigou os Tapayuna se identifique como Metyktire, uso o termo Mebêngôkre por ser esse o etnônimo usado pelos próprio Tapayuna.

kajkwakhratxi também residem em outras aldeias pelo mesmo motivo. Dois jovens moram com suas famílias nas cidades de Peixoto de Azevedo e Matupá, em Mato Grosso, para fins de estudo e trabalho, respectivamente.

IMAGEM 1: MAPA COM A LOCALIZAÇÃO DA EXTINTA RESERVA INDÍGENA TAPAIUNA, À ESQUERDA, E ONDE OS KAJKWAKHRATXI SE ENCONTRAM ATUALMENTE, À DIREITA.



Fonte: LIMA, 2019, p. 14.

O povo *kajkwakhratxi*, antes dos assassinatos, envenenamentos e das epidemias simultâneas de gripe e de sarampo que dizimaram boa parte de sua população, era estimada entre 1.220 pessoas (BRASIL, 2014, p. 227) e menos de um terço desse total (IASI, 1969c, p. 187). A estimativa que consideramos mais consistente, pelo fato de ter sido feita com algum controle⁷, foi aventada pelo antropólogo Anthony Seeger, que se encontrava no Parque Indígena do Xingu⁸ quando os sobreviventes tapayuna lá chegaram. Segundo Seeger, a população era estimada em 400 pessoas (SEEGER, 1974). Nos primeiros dias de maio de 1970, 41 sobreviventes *kajkwakhratxi* foram transferidos da extinta Reserva Indígena Tapaiuna (RIT) para o TIX.

⁷ Este controle foi propiciado pelo uso do método genealógico (RIVERS, 1969), consagrada ferramenta de pesquisa de uso geral na “antropologia social e, muito especialmente, dos estudos de parentesco” (SILVA, 2010, p. 329).

⁸ Chamado atualmente pelos povos que ali habitam de Território Indígena do Xingu (TIX), termo que passaremos a usar a partir de agora.

Seu território, de onde foram retirados em 1970, está situado em região de floresta e corresponde, em linhas gerais, a área limitada pelas microbacias dos rios Sangue e Arinos, ambas localizados na sub-bacia do rio Juruena, formador, juntamente com o rio Teles Pires, do Tapajós que, por sua vez, deságua no rio Amazonas. Suas fronteiras confrontavam, ao sul, com as cabeceiras dos rios Alegre (também conhecido como Paresis) e Claro, bem como com grupos paresi; a oeste, com os territórios dos Manoki e dos Rikbaktsa; e, ao norte, com Rikbaktsa, Apiaká e Kayabi. Os mesmos registros que apontam sua presença em ambas as margens dos rios Sangue e Arinos, também indicam suas aldeias como localizadas nas cabeceiras dos afluentes da margem esquerda deste último curso d'água, notadamente no Tomé de França, no Miguel de Castro e no Parecis (ou Alegre) (DORNSTAUDER, 1959; ANÔNIMO, 1966; CARBALHO, 1967).

Essa breve caracterização permite identificar os intensos processos de expropriação territorial a que os Kajkwakhratxi ficaram submetidos com o avanço das frentes de expansão agropastoris. Os deslocamentos impuseram também o contato com os não indígenas e com outros povos, juntos aos quais tiveram de se abrigar.

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE *KAJKWAKHRATXI*

As primeiras ocupações empreendidas por não indígenas em áreas relativamente próximas ao território tapayuna se desenvolveram ao sul, na primeira metade do século XVIII, com a descoberta de ouro e diamantes na região do divisor de águas das bacias dos rios Tapajós e Paraguai, onde hoje se localiza a cidade de Diamantino. Após expedições de exploração em busca de minérios preciosos palmilharem uma extensão significativa da região, chegando a encontrar ouro nas cabeceiras do Arinos, a descoberta de diamantes acabou por interditar as atividades exploratórias devido ao fato de a Coroa portuguesa deter, à época, a exclusividade do direito de minerar a pedra. Só depois de quase meio século de interdição, em 1805, já com autorização da Coroa, os mineradores puderam retornar para a região (BARROZO, 2002, p. 24-30). Esta abertura provocou uma onda migratória que não gerou volumosas riquezas, dada a brevidade da exploração das zonas diamantíferas, mas provocou a dispersão da população, contribuindo “para a difusão da atividade agropecuária, incremento das relações comerciais e **expansão da ocupação para o Norte**” (MORENO & HIGA, 2005, p. 25 [grifos nossos]). Foi nesse período que

as relações comerciais de Mato Grosso se estenderam até o Pará, particularmente a Santarém e Belém, através de **rotas comerciais, utilizando os rios Arinos, Juruena, Teles Pires e Tapajós**. Ampliou-se, assim, o acesso para a região Norte, até então feito apenas pelo rio Guaporé (MORENO & HIGA, 2005, p. 25 [grifos nossos]).

A partir da abertura desses rios para a navegação, as chamadas “navegações paranistas”, e de expedições científicas, surgiram as primeiras notícias sobre os povos da sub-bacia do rio Juruena (ARRUDA, 2019, p. 69), a qual pertencem os rios Arinos e Sangue, importantes cursos d’água sobre os quais são recorrentes os registros históricos da presença de tapayuna. Não obstante relatos sobre a exploração da borracha em Mato Grosso remontem ao século XVIII, foi a partir da metade do século XIX que seu aproveitamento comercial foi impulsionado, sendo um importante vetor de imigração na passagem para o século XX. Inicialmente, “a exploração da borracha se restringiu às matas próximas dos grandes rios, como o Guaporé, **Sangue, Sacre, Arinos, Teles Pires e outros**” (MORENO & HIGA, 2005, p. 28 [grifos nossos]).

É nesse contexto, de aumento do fluxo de não indígenas na região das microbacias dos rios Arinos e Sangue, que surgem as primeiras referências a indígenas chamados de Tapayuna, localizados nas cabeceiras do rio dos Peixes (MENÉNDEZ, 1998, p. 287), afluente da margem direita do rio Arinos, próximo a sua foz. O primeiro relatório da Diretoria Geral dos Índios da província de Mato Grosso, de 1848, situa os Tapayuna nas proximidades dos rios Arinos e Tapanrunas⁹ e afirma que contariam com uma população de cerca de 800 pessoas. No relatório, são classificados como **renitentemente hostis aos não índios** (BARROS, 1989, p. 186-187, 192 grifos nossos)]. As designações “Botocudos” e “Beição de Pau” são encontradas em fontes mais recentes, já do século XX, como as produzidas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), fundado em 1910¹⁰, e pelas instituições religiosas Prelazia de Diamantino e MIA, bem como por pessoas de passagem pela região. O primeiro relato do século XX a que tivemos acesso é do consagrado antropólogo Claude Lévi-Strauss. De passagem pela região, ele nos informa que em

1931 o posto telegráfico de Parecis, localizado numa região relativamente frequentada, a trezentos quilômetros ao norte de Cuiabá e oitenta apenas de

⁹ Atualmente, existem dois rios chamados de “Tapayuna” na região em foco: um, na margem esquerda do rio Teles Pires, o outro, tributário do rio Apiacás, afluente do lado direito do Arinos, já próximo a sua foz, perto do rio dos Peixes (GARCIA, 2019, p. 28).

¹⁰ Em sua fundação foi nomeado Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN). A partir de 1918 passa a se chamar simplesmente Serviço de Proteção aos Índios. Em 1967, após graves denúncias de irregularidades e crimes cometidos contra os povos que deveria proteger, o SPI foi extinto e substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Diamantino, fora atacado e destruído por índios desconhecidos, saídos do **vale do rio do Sangue**, que se supunha inabitado. Esses selvagens haviam sido batizados ‘**beijo-de-pau**’, **por conta das rodelas que usavam engastadas no lábio inferior e nos lóbulos da orelha. Desde então, suas saídas tinham se repetido a intervalos regulares, de modo que foi preciso deslocar a estrada cerca de oitenta quilômetros ao sul.** (LÉVI-STRAUSS, 2007, p. 247 [grifos nossos]).

Foi no bojo da segunda Guerra Mundial (1939-1945), no contexto de implementação da “Marcha para o Oeste”, que teve vez o terceiro ciclo da borracha em Mato Grosso, quando centenas de não índios empobrecidos adentraram as matas da região em tela, atingindo, dessa forma, os territórios de diversos grupos indígenas (ARRUDA, 2019, p. 78). A chegada das frentes seringalistas gerou reações violentas por parte dos Tapayuna, com ataques constantes às colocações dos seringueiros (AGRINDIOS/6IR, 1950; MISSÃO ANCHIETA, 1956; DORNSTAUDER, 1956a; IRGANG, 1956). Antes deste terceiro ciclo da borracha, os Tapayuna já haviam reagido de modo semelhante à presença de trabalhadores das Linhas Telegráficas em seu território (LÉVI-STRAUSS, 2007, p. 247; DORNSTAUDER, 1952, p. 2; CAMARGO & TRINDADE, 2017). Fizeram o mesmo posteriormente, com funcionários de empresas responsáveis por medir pedaços de suas terras para particulares (DORNSTAUDER, 1959, p. 2). Registros destas medições em pleno território tapayuna datam de 1956 (DORNSTAUDER, 1956a), um ano antes da expedição dos primeiros títulos sobre terras *kajkwakhratxi* pelo Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat) (INTERMAT, 1976), e perduraram por uma década, pelo menos (ANÔNIMO, 1966; FROEHLICH, 1966). Essa constante reação violenta a presença de qualquer coletivo não tapayuna em seu território se deve, dentre outros fatores, ao lugar que a ideia de “guerra” tinha na cosmologia e na vida ritual tapayuna.

De acordo com as evidências etnográficas existentes até o momento, pode-se afirmar que a dinâmica ritual tapayuna ocupava um papel central em sua cosmologia e organização social, pois “propiciava a produção de corpos resistentes, a mudança de nomes, a relação com outros seres, a aquisição de *status* e posições desejadas etc.” (LIMA, 2019, p. 491). O ritual era alimentado pelos resultados de incursões guerreiras. A conquista de *status* e de posições tinha a ver com o prestígio adquirido conforme o desempenho do guerreiro em combate. A “morte do inimigo era o momento mais almejado, pois possibilitava a obtenção do *status* de *kuwëkandê*” (*Ibid.*, p. 145), termo usado somente para “aqueles que já mataram inimigos” humanos (*Ibid.*, p. 109). Tirar a vida de onças ou de outros tapayuna não alterava o *status* do matador (*Ibid.*, p. 173).

Embora as expedições guerreiras em busca de oponentes pudessem durar longos períodos, “nos quais os homens eram obrigados a renunciar a vida aldeã e deixar em suspenso relações de casamento e parentesco” (*Ibid.*, p. 145), o desejo de fazer jus ao *status* de guerreiro e se tornar um grande *kuwêkandê* projetava os homens tapayuna à uma busca intensa por inimigos, principalmente seus vizinhos, os Irantxe, os Myky, os Kayabi, os Apiaká, os Rikbaktsa e, no último século, os *khuwêkátxi* (não índios). Esta dinâmica “pressupõe um **tipo de territorialidade baseada nas perambulações masculinas em que os homens circulavam por extensos trajetos e por períodos indeterminados durante as expedições**” (*Ibid.*, p. 433 [grifos nossos]). A busca por prestígio mediante a guerra

promovia a criação de novas relações por meio da captura, dos casamentos, da aquisição de novos nomes e da apropriação de conhecimentos. Estas investidas eram articuladas pelo coletivo masculino, provocando intensas mobilizações territoriais, **as quais visavam a proteção do território e a aproximação ou evitação do inimigo.** (*Ibid.*, p. 169 [grifos nossos]).

Nas fontes consultadas até esse momento não há registros de avistamento de mulheres ou crianças tapayuna fora do interflúvio dos rios Sangue e Arinos, fato que parece indicar a circulação exclusiva de guerreiros nessas áreas. A presença cada vez maior de não índios em território tapayuna, motivada pela exploração dos recursos existentes, intensificou a vida ritual, pois “**no período do contato, o ritual ‘kuwêkandê’ foi assiduamente praticamente [sic] [...] pela intensificação da guerra contra os brancos visando a proteção do território**” (*Ibid.*, p. 430 [grifos nossos]).

A TERRITORIALIZAÇÃO DOS TAPAYUNA

Eventos ocorridos na metade da década de 1950 parecem sinalizar uma mudança nos rumos da colonização da região, indicando a passagem de um modelo de uso e ocupação do solo rarefeito, baseado no extrativismo, para outro, apoiado no uso intensivo do solo por meio da pecuária e da agricultura. Para estas atividades, a propriedade da terra é um elemento importante. Nessas circunstâncias, o ano de 1955 marca a chegada dos primeiros 20 indivíduos ao local que ficaria conhecido como Gleba Arinos, futuro município de Porto dos Gaúchos, para a instalação do primeiro assentamento de colonos na região. Tratava-se de um empreendimento de colonização levado a cabo pela empresa Colonizadora Noroeste Mato-grossense (Conomali) (MEYER, 2015, p. 25; 52). A implementação desta colônia privada se insere em um processo mais amplo que só foi

possível com o fim do Estado Novo e a promulgação da Constituição de 1946, mesmo ano em que foi criado o Departamento de Terras e Colonização do Estado de Mato Grosso (DTC). O primeiro governo constitucional desse estado “promoveu uma revisão da legislação fundiária estadual e criou um conjunto de leis liberais, visando acelerar o processo de privatização de terras devolutas e a legalização de antigos domínios particulares” (MORENO, 1999, p. 77). Os vários projetos privados se realizavam obedecendo a lógica da especulação fundiária. Nesse sentido, devido à grande

quantidade de terras devolutas existentes no norte do Estado de Mato Grosso e, sobretudo, pela facilidade de aquisição e regularização dessas terras, os grandes grupos econômicos fizeram da colonização um negócio altamente rentável, considerando que muitas dessas terras foram adquiridas de “terceiros”, sabidamente com **vícios na titulação, que deram origem ao domínio particular**. Esse era o esquema de **grilagem legalizada**, que esteve também na base da aquisição de terras para os projetos agropecuários, agroindustriais e minerais. Da mesma forma que estes, **vários projetos de colonização foram implantados em terras indígenas, com pleno conhecimento dos órgãos oficiais** (MORENO, 1999, p. 82 [grifos nossos]).

A constante tensão entre os Tapayuna e os invasores de seu território, marcada por hostilidades recíprocas, iria começar a se alterar apenas em 1967, quando o índio apiaká Candido Morimã, piloto de uma das lanchas da Conomali, constantemente crivadas de flechas tapayuna¹¹, conseguiu estabelecer contato pacífico com um grupo *kajkwakhratxi* em 30 de setembro, na margem esquerda do rio Arinos (BURNIER, 1967). Morimã trocou “um facão, um machado e uma faca, todos novos”, por adornos (MOURA, 1967). Diante da inércia do SPI, tentativas de contato sem sucesso haviam sido realizadas desde 1956 pelos missionários jesuítas¹², com o apoio de empresas seringalistas e colonizadoras que queriam se ver livres dos prejuízos causados pela reação tapayuna à invasão de seu território (DORNSTAUDER, 1956a).

A partir desse momento e rapidamente, um número cada vez maior de tapayuna começou a se deslocar para a beira do rio em busca dos objetos dos *khuwêkátxi* ao ponto de, pouco tempo depois, Dornstauder, que estava na lancha no momento do contato, afirmar que “os índios tomaram amor ao pessoal das lanchas. Afastá-los do rio não será tarefa fácil” (DORNSTAUDER, 1967, p. 2). Embora uma leitura simplista desse fenômeno pareça apontar para uma postura passiva dos índios, que respondiam pura a

¹¹ Naquele ano, 11 viagens haviam sido feitas, das quais oito sofreram ataques quando atravessavam o território tapayuna (MOURA, 1967).

¹² Importante dizer que, não obstante as tentativas dos missionários de conseguirem apoio para esta ação, a primeira expedição com o objetivo de fazer contato com os Tapayuna foi realizada entre fins de 1958 e início de 1959 (DORNSTAUDER, 1959; PEREIRA, 1968, p. 218-219).

simplesmente aos estímulos provocados pelo oferecimento, por parte de não índios, de objetos com tecnologia mais eficaz, como as ferramentas de metal, por exemplo, evidências etnográficas apontam para o fato das ações indígenas terem sido motivadas politicamente e orientadas por parâmetros cosmológicos, ou seja, os Tapayuna decidiram, a partir de suas motivações e informados por suas ideias e valores (SAHLINS, 2003), “amansar os brancos para pegar suas coisas”(LIMA, 2012, p. 129-131; LIMA, 2015, p. 17).

Destacamos que devido à sua renitente resistência, os Tapayuna foram vítimas de envenenamento em pelo menos duas ocasiões. A primeira foi em 1953, quando funcionários de Benedito Bruno, seringalista e político do município de Diamantino, deixaram um saco de açúcar com arsênico no córrego Barrinha, margem esquerda do Arinos (PEREIRA, 1968, p. 218), sabidamente local com intensa movimentação de *kajkwakhratxi*. O segundo caso de envenenamento ocorreu depois do contato realizado por Candido Morimã, quando um grupo de não índios caçou uma anta junto com os tapayuna. Antes de entregar carne aos índios, borrifaram o que parecia ser veneno para carrapato (LIMA, 2019, p. 209-212).

Nesse contexto de inúmeros e intensos combates e de covardias, que produziam um elevado número de mortes, pouco efetivamente foi feito pelo Estado para garantir a integridade física dos índios e de seu território, bem como dos miseráveis seringueiros que afluíam para a região em busca de sua sobrevivência, até fevereiro de 1966, quando o SPI, declinando de suas responsabilidades, autorizou oficialmente os missionários jesuítas a executarem uma proposta de aproximação aos Tapayuna (INSPETORIA REGIONAL 6, 1966a). Em julho deste mesmo ano o SPI decidiu, após garantir o apoio dos missionários,

PROCEDER através desta 6ª ININD do Serviço de Proteção aos Índios, a pacificação dos Índios das tribos, Cinta Larga e Tapaihumas (Beijo de Páú), **com a finalidade de assegurar-lhes a sobrevivência, presentemente seriamente ameaçada por incursões de “civilizados” em seus territórios.**

DECLARAR Áreas Indígenas, às compreendidas entre os rios Miguel de Castro e Thomé de França, das vertentes à fóz, margem esquerda do rio Arinos [...]. Considerando de sua propriedade, não só por ser seu habitat natural, como também por força do mandamento Constitucional contido no artº 216.

DAR conhecimento público que as áreas referidas, ficam INTERDITADAS à penetração de elementos estranhos ao S.P.I., visando a segurança dos funcionários componentes das expedições de pacificação e o êxito do empreendimento. A presente interdição, cessará ao término dos trabalhos de pacificação. (INSPETORIA REGIONAL 6, 1966b [grifos nossos]).

Em 1968 foi criada, finalmente, a Reserva Indígena Tapaiuna (RIT), por meio do Decreto nº 63.386, de 8 de outubro de 1968, formalizando o processo de territorialização (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) do povo Kajkwakhratxi. Diante do exposto até aqui, é correto afirmar que o Estado, em seu âmbito federal, foi **omisso** por quase 20 anos, pois o SPI sabia da existência e da localização dos Tapayuna desde 1948 (CLIMACO, 1948), pelo menos, e a Constituição Federal (CF) de 1946, em seu Art. 216, garantia o “respeito aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem”. Sem a proteção do Estado, o território tapayuna estava franqueado a invasões que só eram refreadas pela tenaz resistência indígena, fato que ocasionou inúmeros e violentos conflitos e mortes.

Além de omissos, o Estado, em seu âmbito estadual, agiu diretamente a fim **esbulhar** terras tapayuna, titulando-as em nome de particulares a partir de 1957 (INTERMAT, 1976). Em seu âmbito federal, o Estado foi **conivente** com os atos do Estado de Mato Grosso, pois nada fez para interromper a medição de terras e a posterior emissão de títulos e instalação de fazendas no território *kajkwakhratxi*. O Estado agiu inequivocamente em desfavor dos direitos territoriais tapayuna em suas esferas estadual e federal.

Afora a omissão e a conivência já destacadas, o Estado, em seu âmbito federal, foi **imprudente**. Nesse sentido, a desastrosa expedição realizada pela Funai com o objetivo de fazer contato com a totalidade das aldeias tapayuna a fim de pacificá-las. Os missionários, que já atuavam na região, não participaram desta ação, foram preteridos por jornalistas pelo chefe da expedição, o servidor da Funai João Américo Peret, que não tomou os cuidados necessários para prevenir o contato dos Tapayuna com doenças infectocontagiosas para as quais seus organismos não dispunham de defesa eficaz, levando os profissionais para o acampamento montado na sede da fazenda Apasa Apolinário (ABC), localizada dentro do perímetro da RIT, sem qualquer quarentena. A sede da fazenda serviu de base para os expedicionários. Ao que tudo indica, a

epidemia de gripe entre os Tapayuna ocorreu após a primeira expedição da Funai na região, realizada em 1969 e coordenada pelo sertanista João Américo Peret. Um jornalista, Hedyll Valle Jr, (responsável pela reportagem publicada na revista Fatos e Fotos em 20/07/1969, na qual descreve os detalhes da expedição) que integrava a equipe ficou gripado. A tentativa de isolá-lo do convívio com os Tapayuna que frequentavam o acampamento não foi bem sucedida, tampouco a Funai dispunha do aparato necessário para resguardar os indígenas de um surto epidêmico. As vacinas foram transportadas de maneira inapropriada e tornaram-se inutilizáveis e a equipe não dispunha de profissionais da área de saúde. A participação de jornalistas na primeira expedição realizada pela Funai *in loco*

esteve certamente relacionada à forte evidência em torno da “pacificação” tapayuna, tema de diversas reportagens em jornais e revistas da época. (LIMA, 2019, p. 217).

Em julho de 1969, já haviam notícias de que uma epidemia de gripe havia se abatido sobre os Tapayuna há pelo menos dois meses (ANÔNIMO, 1969b). Fato que agravou ainda mais a situação foi a viagem de dois tapayuna, nesse contexto, para o Rio de Janeiro, por iniciativa do mesmo Peret (ANÔNIMO, 1969a). Esses jovens contraíram sarampo durante a viagem e, posteriormente, infectaram seus patrícios quando retornaram para a aldeia (IASI, 1969a).

Diante dos desastrosos resultados da condução da ação de pacificação, a Funai autorizou os missionários jesuítas a retomarem seus trabalhos junto aos indígenas com os quais se havia estabelecido contato até aquele momento (BRASIL, 1969), o que fizeram até maio de 1970, quando 41 sobreviventes tapayuna foram **removidos** de suas terras e levados para viverem junto aos Kisêdjê, no TIX (CANÃS & LISBOA, 1970, p. 61-62), por decisão deliberada da Funai. Eram nove homens, oito mulheres e 24 crianças. Outras três crianças, sendo duas meninas e um menino, se encontravam na Casa do Índio, na Ilha do Governador-RJ, totalizando 44 tapayuna vivos retirados de seu território (LISBOA, 1971). Os que foram para o TIX permaneceram lá até 1985, quando a quase totalidade da população tapayuna se mudou para a TI Capoto/Jarina, devido a conflitos que resultaram em mortes de *kajkwakhraxi*. Com o objetivo de extinguir a RIT e liberar as terras para exploração por não índios, a Funai enviou um servidor para a área a fim de verificar a existência de sobreviventes tapayuna. O relatório produzido a partir dessa expedição, não obstante contenha diversas e incontornáveis inconsistências (CAMPINAS, 1971), autorizou o órgão indigenista a declarar que não havia mais tapayuna na área e a extinguir a RIT em 9 de junho de 1976, por meio do Decreto n. 77.790. Esse decreto determinava, além da extinção da reserva, que **as terras fossem revertidas à União, em seu Art. 2º, e que o Serviço de Patrimônio da União (SPU) deveria providenciar os registros que se fizessem necessário, em seu Art. 3º** (BRASIL, 1976).

Todavia, essa não foi a última ação da União envolvendo a terra tapayuna, posto que em 3 de fevereiro de 1978 foi publicado o Decreto n. 81.307, que revogava justamente os artigos 2º e 3º do decreto anterior, “de acordo com os elementos constantes do processo protocolizado no Ministério da Fazenda sob o nº 0768-36.754, de 1977” (BRASIL, 1978). O referido processo traz documentos que evidenciam a gestão do Secretário de Agricultura de Mato Grosso, Maçao Tadano, junto ao Ministro do Interior à época,

Maurício Rangel Reis, com vistas a garantir a validade de 105 títulos de propriedade emitidos pelo próprio Estado de Mato Grosso entre os anos de 1957 e 1961 (TADANO, 1977; INSTITUTO DE TERRAS DE MATO GROSSO, 1976) sobre uma parte do território tapayuna, em terras que viriam a constituir, em 1968, a RIT. Esses títulos, baseados nos polígonos cujas medições foram registradas, combatidas e denunciadas ao SPI pelos missionários (DORNSTAUDER, 1956c; ANÔNIMO, 1966; FROEHLICH, 1966), eram irregulares, pois, como já foi demonstrado, a CF de 1946 reconhecia o direito dos índios a posse de suas terras e o Estado brasileiro sabia, desde 1948, pelos menos, por meio do SPI, que os Tapayuna habitavam o interflúvio Sangue/Arinos (CLIMACO, 1948).

A inércia do Estado era tanta que, em carta de 9 de setembro de 1956, ano em que as medições de terra em território tapayuna tiveram início, Dornstauder pedia ao Diretor do Banco da Amazônia, financiador dos seringalistas na época, que aprovasse a solicitação de recursos do seringalista Benedito Bruno para custear a pacificação dos “Canoeiros” (Rikbaktsa) e dos “Beijos de Pau” (Tapayuna). Uma das justificativas para isso, argumenta o missionário, era que, embora ações de pacificação fossem prerrogativas do SPI,

como esta instituição, de fato, permanece inativa, sejam quais forem as causas disto, incumbirá esta ação a quem de FATO manobra em território de índios, que são os missionários, os seringalistas e colonizadores. No caso em questão o interesse imediato correria quase que exclusivamente por conta da extração da borracha (DORNSTAUDER, 1956b, p. 2 [grifos nossos]).

Os efeitos da omissão do Estado se traduziram em mortes em massa e privação da posse e usufruto exclusivo, por parte dos Tapayuna, de seu território tradicional, direito garantido a eles pela Constituição de 1946, vigente à época da titulação de faixas de seu território, e pela Emenda Constitucional de 1969, em seu Art. 198, vigente à época da **remoção** não consentida dos sobreviventes. Não consentida pois não estava claro para os indígenas, monolíngues, que seriam impedidos de retornar para seu território. No âmbito estadual, a omissão e morosidade do governo federal, representado pelo SPI, em proteger os Tapayuna e demarcar seu território, permitiu que as terras indígenas fossem irregularmente medidas para titulação pelo Estado de Mato Grosso, como demonstra farta documentação (DORNSTAUDER, 1959, p. 2; 1956b; 1956c; ANÔNIMO, 1966; FROEHLICH, 1966; TADANO, 1977; INSTITUTO DE TERRAS DE MATO GROSSO, 1976).

Por fim, é importante destacar que existe registro da presença de índios isolados no antigo território tapayuna, provavelmente sobreviventes *kajkwakhratxi*, que seguem sendo privados de seus direitos mais fundamentais, inclusive à vida. Relatos de fatos ocorridos na década de 1990, apontam para o extermínio de pelo menos uma aldeia e para assassinatos de um indivíduo em tempos mais recentes (FUNAI, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde meados do século XIX, notícias dão conta da presença tapayuna na região do rio Arinos, época do início da exploração mais intensa da seringa na então província de Mato Grosso, e de sua reação belicosa a intrusos em seu território. Essa forma de responder a invasão de suas terras reflete, dentre outros fatores, aspectos da visão de mundo *kajkwakhratxi* que reverberam em sua cultura e, por conseguinte, em sua territorialidade. A ideia de guerra movia os guerreiros tapayuna a buscarem inimigos que, a partir da década de 1950, passaram a chegar em quantidade cada vez maior nas microbacias do rio Sangue e, principalmente, do rio Arinos. Eram não indígenas empobrecidos que se dirigiam para a região para explorarem a borracha e entravam em confronto com os Tapayuna. Embora a Constituição de 1946 garantisse a posse das terras que ocupavam, e o SPI soubesse desde 1948 que haviam indígenas tapayuna no interflúvio dos rios Sangue e Arinos, nada foi feito de efetivo até 1966 para garantir os direitos *kajkwakhratxi* por parte do órgão indigenista.

Nesse sentido, a década de 1950 assistiu à intensificação dos confrontos entre índios e não índios e a passagem de um modelo de exploração baseado no extrativismo para uma forma de uso e ocupação intensivas do solo, com a implantação da pecuária e da agricultura. Informações datadas de 1956, apontam para diversos conflitos entre os medidores que cortavam parcelas de terra em pleno território tapayuna e os indígenas; um ano depois, em 1957, os primeiros títulos sobre o território tapayuna foram emitidos pelo órgão de terras do Estado de Grosso, sem que o SPI fizesse alguma coisa. O Estado, em seu âmbito federal, foi omissivo ao permitir que não indígenas invadissem terras *kajkwakhratxi*, fato que ocasionou combates e mortes entre os chegantes e os indígenas. Também foi conivente com o esbulho das terras tapayuna, propiciado por esquemas de burla existentes no interior da burocracia estatal em seu âmbito estadual.

Devido a atos imprudentes de um indivíduo a serviço da Funai, duas epidemias simultâneas dizimaram a quase totalidade da população *kajkwakhratxi*, entre 1969 e 1970. Os sobreviventes localizados e reduzidos a uma aldeia foram removidos, pela própria Funai, para o atual TIX. Anos depois a RIT foi extinta e os títulos emitidos irregularmente sobre o território tapayuna foram reconhecidos pelo Estado em seu âmbito federal, depois de gestões do Secretário de Agricultura de Mato Grosso em favor de seus titulares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). Convenção sobre a grafia dos nomes tribais. In: SHADEN, Egon. **Leituras de etnologia brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. Não paginado.

ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. **Os Rikbaktsa: mudança e tradição**. Manaus: EDUA, 2019.

BARROS, Edir Pina de. Política indigenista, política indígena e suas relações com a política expansionista no II Império em Mato Grosso. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 30/31/32, 1989. (p. 184-223).

BARROZO, João Carlos. A mineração em Diamantino: dois séculos de riqueza e pobreza. In: BARROZO, João Carlos. (Org.). **Diamantino: do extrativismo a agricultura moderna**. Cuiabá: NERU/CNPq/SEMEC Diamantino, 2002. (p. 11-65).

CAMARGO, Nayara da Silva. **Tapayuna (Jê): aspectos morfosintáticos, históricos e sociolinguísticos**. 210 f. Tese de Doutorado (Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

CAMARGO, Nayara Silva; TRINDADE, Nilson Santos. Aspectos históricos, socioculturais e sociolinguísticos do povo Tapayuna. **Revista Espacios**, Caracas, vol. 38, n. 57, 2017.

COELHO DE SOUZA, Marcela. Uma irritante duplicidade: breve nota sobre a contramestiçagem e os Kisêdjê. **R@U: Revista de Antropologia da UFSCar**, São Carlos, vol. 9, n. 2, p. 201-212, 2017.

GARCIA, Gabriele Viega. **Relatório técnico sobre o potencial arqueológico e memorial da área de impacto do empreendimento UHE Castanheira, Juara-MT.** Cuiabá, 2019.

LEA, Vanessa. **Riquezas intangíveis de pessoas partíveis: os Mebêngôkre (Kayapó) do Brasil Central.** São Paulo: Edusp, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIMA, Daniela Batista de. **“Vamos amansar um branco para pegar as coisas”:** elementos da etnohistória kajkwakratxi-jê (Tapayuna). 169 f. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social) – Universidade de Brasília, DF, 2012.

_____. Análise de elementos da etno-história Tapayuna (Kajkwakratxi-jê). In: **Tellus**, Campo Grande, n. 28, p. 11-26, 2015.

_____. **Transformações, xamanismo e guerra entre os Kajkwakratxi (Tapayuna).** 515 f. Tese de Doutorado (Antropologia Social) – Universidade de Brasília, DF, 2019.

MENÉNDEZ, Miguel A. A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas. In: CANEIRO DA CUNHA, Manuela. (Org.). **História dos índios do Brasil.** 2º Ed. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1998. (p. 281-296).

MEYER, Henrique. (Org.). **Porto dos Gaúchos: os primórdios da colonização da Gleba Arinos, na Amazônia brasileira.** Cuiabá: Entrelinhas, 2015.

MORENO, Gislaene. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. In: **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 67-90, 1999.

MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza. (Orgs.). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente.** Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

PEREIRA, Adalberto Holanda. A pacificação dos Tapayunas. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 15-16, p. 216-227, 1968.

RIVERS, William Halse R. O método genealógico de pesquisa antropológica. In: LARAIA, Roque de Barros. (Org.). **Organização Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. (p. 26-38).

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SEEGER, Anthony. **Nature and culture and their transformations in the cosmology and social organization of the Suyá, a Ge-Speaking tribe of Central Brazil**. Chicago: University of Chicago, 1974.

SILVA, Marcio Ferreira da. 1871: o ano que não terminou. In: **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 19, p. 323-336, 2010.

DOCUMENTOS

AGRINDIOS/6IR. [Correspondência]. Destinatário: Agrindios-DF, Cuiabá, 10 de jan. 1950. 1 Telegrama.

BRASIL. **Decreto Nº 63.368**, de 8 de outubro de 1968. Brasília, DF, 1968.

_____. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio (Funai). **Autorização**. Brasília, DF, 1969.

_____. **Decreto Nº 77.790**, de 9 de junho de 1976. Brasília, DF, 1976.

_____. **Decreto Nº 81.307**, de 3 de fevereiro de 1978. Brasília, DF, 1978.

_____. **Comissão Nacional da Verdade**: Violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas. 2014.

BURNIER, João Bosco P. [Correspondência]. Destinatário: Adalberto Holanda Pereira, Diamantino, 03 de out. 1967. 1 Carta.

CAMPINAS, Antonio de Souza. **Relatório da Operação Tapaiuna ou Beijo de Pau**. 1971.

CANÃS, Vicente; LISBOA, Thomaz de Aquino. **Dário da Operação Beijo de Pau**. Reserva Indígena Tapayuna, 1970.

CARBALHO, Luis. **Minha segunda viagem aos "Beijo de Pau"**. 1967.

CLIMACO. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Duarte, Cuiabá, 14 de out. 1948. 1 Telegrama (Nº 477).

DORNSTAUDER, João Evangelista. **Distâncias núcleos indígenas**. 1952.

_____. [Correspondência]. Destinatário: Engenheiro Chefe da medição do Rio Alegre, Cachoeira do Tauá, 13 de out. 1956a. 1 Carta.

_____. [Correspondência]. Destinatário: Banco de Crédito da Amazônia, Cuiabá, 5 de set. de 1956b. 1 Carta.

_____. [Correspondência]. Destinatário: Benedito Bruno, Diamantino, 18 de abr. 1956c. 1 Carta.

_____. [Correspondência]. Destinatário: Pe. Valdemar, Rio Arinos, 23 de fev. 1959. 1 Carta.

_____. [Correspondência]. Destinatário: Adalberto Holanda Pereira, Diamantino, 10 de out. de 1967. 1 Carta.

FROEHLICH, Henrique. [Correspondência]. Destinatário: Helio Jorge Bucker, Diamantino, 15 de jun. de 1966. 1 Carta.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Qualificação de informações sobre a presença de povos indígenas isolados no interflúvio dos rios Sangue e Arinos – MT**. FUNAI: Brasília, 2017.

IASI, Antonio. [Correspondência]. Destinatário: Henrique Froehlich, Diamantino, 12 de set. de 1969a. 1 Carta.

_____. [Correspondência]. Destinatário: Henrique Froehlich, Diamantino, 19 de out. de 1969a. 1 Carta.

INSPETORIA REGIONAL 6. [Correspondência]. Cuiabá, 14/02/1966. 1 Telegrama nº 29. Cuiabá, 1966a.

_____. **Edital**. Cuiabá: SPI, 1966b.

INSTITUTO DE TERRAS DE MATO GROSSO. **Relação de títulos definitivos – Município de Diamantino**. 1976.

IRGANG, Walter. **Declaração-Relatório de ataque dos índios Caneiro a seringueiros**. 1956.

LISBOA, Thomaz de Aquino. [**Correspondência**]. Destinatário: Paulo Monteiro, Missão Anchieta, 28 de jan. de 1971. 1 Carta.

MISSÃO ANCHIETA. **Relatório de viagem ao baixo Arinos (3/6 até 13/7/1956)**. 1956.

MOURA, José de. **A fala com os Beijo de Pau**. 1967.

TADANO, Maçao. [**Correspondência**]. Destinatário: Maurício Rangel Reis, Brasília, 29 de jun. de 1977. 1 Ofício [Ofício nº 001/77].

JORNAIS

IASI, Antônio. “Beijos-De-Pau” – Trabalho missionário e sensacionalismo. **Revista Ave Maria**, São Paulo, 1969c. (p. 184-187).

ANÔNIMO. Medidores escoraçados pelos Beijo de Pau. **Gazeta do Norte**. 1966.

_____. **Correio do Povo**. A vaidade dos Tapaiúna. Rio de Janeiro, 1969a.

_____. **Epidemia de gripe mata índios "beijo de pau"**. 1969b.